

A SUJEITABILIDADE DOS TÍTULOS DE UTILIZAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MARÍTIMO AO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS EM FACE DA NOVA LEI DE BASES DE ORDENAMENTO DO ESPAÇO MARÍTIMO ^(*)

FRANCISCO NORONHA
Investigador do CIIMAR
Advogado

Palavras-chave: Domínio Público Marítimo; Ordenamento do Espaço Marítimo; Código dos Contratos Públicos; Títulos de utilização privativa

Keywords: Public Maritime Domain; Maritime Spatial Planning; Public Procurement Code; Use licences

Resumo: *A nova Lei de Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional (LBPOGEMN, Lei n.º 17/2014, de 14 de Abril) veio inverter o esquecimento do legislador em relação ao Ordenamento do Espaço Marítimo. Tendo este como escopo a gestão holística e integrada dos usos e actividades capaz de potenciar, em uma perspetiva ambientalmente sustentável, a exploração económica do espaço marítimo, o presente artigo pretende reflectir sobre o modo como o domínio público marítimo — sobretudo em face da hodierna ótica da rentabilização económica do domínio público — pode, à luz da dogmática dominial e da LBPOGEMN, ser utilizado pelos particulares e averiguar da sujeição dos respectivos títulos de utilização à disciplina procedimental e substancial do Código dos Contratos Públicos.*

Abstract: *The new Basic Law of Maritime Spatial Planning and Management of the Portuguese Maritime Territory (Bill No. 17/2014 of April 14) reverses the lack of legislation in maritime affairs. Maritime Spatial Planning aims a holistic and integrated management of uses and activities in order to enhance the economic exploitation of maritime space from an environmental sustainable perspective. Our goal is to reflect on how the public maritime domain — mainly taking into account the current perspective of*

(*) O presente artigo encontra-se redigido segundo as regras anteriores ao novo acordo ortográfico.